

O interdito no ideal de nação: a lesbiana existe para a literatura brasileira?

Maria da Glória de Castro

Quando se fala em literatura brasileira vulgar e pornográfica, quase sempre se cita o nome de Cassandra Rios. Por isso, a discussão a que me proponho tem início com a “apresentação” da escritora Cassandra Rios, figura polêmica no cenário literário brasileiro¹. Cassandra Rios produziu intensamente, por mais de quatro décadas, livros cuja maioria alcançava várias edições com tiragens próximas aos 300 mil exemplares². Excluída e desqualificada pelo sistema literário, merece um olhar mais aprofundado sobre sua produção e o silenciamento sobre si. A princípio, é importante considerar que Cassandra Rios é uma mulher que “invade” o mercado literário brasileiro escrevendo sobre um tema polêmico e proibido como assunto para mulheres: sexo. A autora extrapola os limites do tema e trata de sexo, falando claramente sobre o prazer feminino, sobre o tesão, numa sociedade que ainda tratava a sexualidade da mulher apenas existindo para gerar filhos, de acordo com os desígnios divinos. Cassandra Rios ousa mais ainda, no cenário brasileiro entre as décadas de 1940 a 1980 do século XX, trata do prazer feminino entre mulheres, construindo um duplo desvio: o sexo por prazer e o sexo sem fins procriativos.

¹ Neste texto, utilizo retomadas vezes as expressões “literatura feminina”, “autoria feminina”, “crítica feminista”, embora saiba que essas expressões sejam contemporaneamente contestadas, visto que o estabelecimento de uma “voz narrativa feminina” e a existência de uma “literatura feminina” acabam por demarcar, também, visões negativas e pejorativas sobre a produção literária “de autoria feminina”. As referências a que me reporto neste texto não pretendem marcar um lugar ideológico de referência a uma “escrita feminina”. As terminologias aqui usadas são decorrentes do discurso argumentativo sobre a literatura lesbiana brasileira e conseqüentes da falta de outras terminologias que melhor expressem essa voz discursiva feminina lesbiana. É importante ressaltar que a própria terminologia Literatura Lesbiana recai no mesmo lugar de discussões anteriores (e já resolvidas) sobre a literatura e crítica literária de autoria feminina. Acaso existe uma literatura demarcada pelo gênero (feminino, lesbiana) ou este estudo não deveria ressaltar a marca do gênero no discurso literário? Existe uma literatura lesbiana (pela afetividade dos pares) que se diferencia da literatura heterossexual (que também trata de afetividades essencializadas como naturais) ou o que existe são expressões diversas sobre relações sociais e afetivas? Talvez seja cedo para a não especificidade do discurso literário lesbiano. Espero que tanto a ficção quanto os estudos teóricos futuramente cheguem ao patamar de literatura sem demarcação de gênero, embora hoje eles precisem de identidade para poder sair da margem.

² Piozevan, *Amor romântico x deleite dos sentidos*, p. 8.

Cassandra Rios escreveu sobre temas até então não abordados por escritoras brasileiras: sexo, sexualidade, transexualismo, preconceito e tabus sexuais e sociais. Escreveu numa linguagem simples, por vezes naturalista, sem apuro formal e, talvez por isso, sua obra seja apontada como “baixa literatura” ou literatura pornográfica. Por alguns, justamente o público a quem ela se dirigia (mulheres sem direito a vivenciarem suas sexualidades, travestis, lesbianas) é chamada de homofóbica, porque a maioria de seus romances tem desfechos trágicos – o que poderia caracterizar a liberação sexual e a homossexualidade como um fatalismo punitivo; para outros (leitora/es e pesquisadora/es de estudos de gênero), a autora seria a primeira voz da literatura brasileira que criou protagonistas lesbianas e discutiu os conflitos sociais e culturais impostos. Segundo Rick Santos³, o discurso/texto criado pela escritora para falar o proibido é, além de transgressor e questionador, anticanônico e de resistência. A autora dialoga com conceitos tidos como naturais sobre a identidade sexual, questiona valores estabelecidos e avalia o conflito subjetivo das personagens como resultantes do processo de exclusão social que se lhes destinam. Conforme Santos,

Cassandra conseguiu e atreveu-se a escrever explicitamente, não somente sobre indivíduos isolados, mas sobre comunidades inteiras de transgressores de gênero. Enquanto não restringiu suas escritas a um público específico *gay* e lésbico, Cassandra definitivamente prestou mais atenção a *gays*, prostitutas, travestis e particularmente às lésbicas. Transgressores de gênero ocuparam um papel central e foram feitas considerações especiais em suas escritas. Em seu trabalho, Cassandra deu voz e visibilidade à existência de uma comunidade *underground* de resistência. Escrevendo de uma posição específica, como uma lésbica brasileira que, como seus personagens, tinha de negociar opressão, identidade, classe e sexualidade diariamente⁴.

A narrativa de Cassandra Rios mostra-se contraventora ao apresentar a sexualidade das personagens não como desvio de comportamento ou bestialização do caráter, nem tampouco ao apresentar sujeitos que não viveram uma vida harmônica, quando na infância. Cassandra Rios constrói personagens como sujeitos sexuais, apenas, discutindo a representação e a construção do discurso heterossexual sobre os sujeitos homossexuais. Os fins trágicos

³ Santos. “Cassandra Rios e a literatura gay e lésbica surgida no Brasil”, p. 29.

⁴ Id., p. 27.

(morte, loucura, suicídio, renúncia) representam um olhar crítico sobre o que resta para aqueles/as que ousam desafiar a norma e os valores sociais (os valores da nação?): ou seja, o não-lugar.

Considerando que as teorias sobre a identidade sexual, bem como as manifestações preconceituosas e violentas para com o sujeito homossexual eram aceitas e naturalizadas por uma sociedade cujos valores religiosos, culturais e políticos consideravam os gays e lesbianas como sujeitos desviados, sem direito ao convívio social, portanto, passíveis de violência e de desrespeito, Cassandra Rios surge, nesse contexto, como uma voz dissonante ao denunciar, embora de forma camuflada, o processo de violência e de marginalização. Daí decorre a importância dessa autora para o estudo da literatura homoafetiva brasileira, uma vez que ela percorrerá um caminho solitário nessa temática e terá sua obra relegada ao gueto e à margem do discurso literário.

De acordo com Foucault⁵, o discurso da sexualidade perpassa por uma relação de poder e de domesticação do corpo. Através do controle do corpo e da sexualidade, estabelece-se a relação de poder político e de classe. Dessa forma, a segregação das personagens (e de Cassandra Rios) representa o controle agressivo do padrão estabelecido como identidade sobre o diferente, aquele que infringe as normas preestabelecidas.

Na tradição literária brasileira, não há ainda um reconhecimento, feito pela crítica, da existência de uma literatura lesbiana escrita por mulheres. Se há ausência de uma crítica literária sobre essa produção, podemos dizer que ela é conseqüente do tabu que cerca as relações homossexuais e da censura velada que coíbe as produções literárias lesbianas. Escrever sobre literatura lesbiana ainda está associado, no Brasil, à qualificação do texto como subliteratura.

De acordo com Pinto-Bailey, no Brasil e na América Latina, a falta de uma fortuna crítica sólida sobre a ficção lesbiana pode ser conseqüência da negação político-social da mulher lesbiana. A ausência de uma crítica literária e a escassez de estudiosos da literatura lesbiana podem representar também, por parte da sociedade, uma atitude ideológica de invisibilidade da mulher lesbiana:

⁵ Foucault, *Vigiar e punir*, p. 119.

o sujeito lésbico foge à definição aceita de “feminino”, rompe radicalmente com os padrões de gênero estabelecidos, ao não se definir em função do desejo masculino e do sistema de reprodução biológica e de transmissão de valores econômicos e ideológicos. Por não ser possível categorizá-la dentro desses padrões, a lésbica termina reduzida ao “não-ser”, ao que não se nomeia (e o que não se nomeia não existe)⁶.

A narrativa brasileira caracteriza-se como predominantemente falocêntrica. Não fugindo as escritoras também dessa tradição, a criação de um discurso erótico representa um novo espaço de discussão literária em que a mulher deixa de ser voz representativa do discurso masculino e passa a ser sujeito agente e enunciador de sua própria fala. A literatura de escritura feminina dá voz e agência à afirmação de uma identidade feminina. Quando consideramos o controle social sobre o corpo feminino, percebemos que, por meio do discurso literário, a mulher encontra meios de dizer sobre a sexualidade e sobre desejo feminino como afirmação de sua identidade. Se a experiência erótica feminina, na literatura, é problemática porque invade um espaço falocêntrico, a representação da sexualidade lésbica é ainda mais problemática, pois rompe com as relações dominantes de gênero, ao excluir a figura do homem e colocar a mulher em uma posição de sujeito atuante, em vez do papel tradicional de objeto do desejo masculino.

Em *O segundo sexo*, Simone de Beauvoir fala que toda a história das mulheres foi feita pelos homens e que a emancipação feminina não é mérito das mulheres, é, na verdade, concessão, permissão masculina; as lutas femininas aconteceram dentro da perspectiva masculina e não representam, enquanto gênero, um papel histórico. Ainda, segundo a autora, a mulher, ao aceitar o lugar cômodo e prestigioso do ócio que o homem lhe oferece, faz com que um dos elementos essenciais da sua condição concreta seja “ser-para-os-homens”, ou seja, não existe para si, mas para como o homem a define, o que a coloca numa situação de “vassala”. Estas considerações nos levam a refletir sobre o papel de sujeito agente feminino e sua ação numa sociedade construída dentro de valores masculinos, sendo papel da mulher criar um outro espaço de lutas, de visibilidade e lugar político e de concepção de si como um sujeito humano diverso do masculino, um outro não inferiorizado e com peculiaridades diversas do masculino. Na literatura, a mulher precisa

⁶ Pinto-Bailey, “O desejo lésbico no conto de escritoras brasileiras contemporâneas”, p. 405.

ser ator no espaço social e não apenas ocupar os espaços concedidos, dentro da ótica permissiva masculina.

Se a literatura foi predominantemente masculina até o final do século XIX (sendo nós otimistas), como se apresenta a literatura escrita por mulheres na contemporaneidade? Virgínia Woolf⁷, ao falar sobre a mulher e a literatura, em 1929, diz que enquanto a mulher não tiver independência econômica e “um teto todo seu” não poderá firmar-se como escritora e ironiza sobre o fato de a mulher ser “o animal mais discutido do universo”. Sobre as mulheres são escritos toda a sorte de textos, idéias e pareceres por homens qualificados ou sem qualificação aparente. Apesar dessa variedade de livros sobre nós, o que se fala é superficial, diz-se mais dos costumes, mas nunca da dominação, da violência, do silêncio que o sexo masculino impôs ao feminino.

A vasta quantidade de textos sobre o sexo feminino, a grande galeria de personagens femininos, na literatura, todos criados por homens, levam Woolf⁸ a afirmar que existem duas mulheres: a da ficção – idealizada – e a da realidade – violada nos seus direitos. Porque não se conhece ou pouco se sabe sobre a mulher dos séculos passados, porque ela é apagada da história, pergunta-se e, mais, que mulheres se ocuparão de buscar visibilidade, de preencher esse vácuo acerca da existência, da forma de vida ou do que as mulheres faziam? Os grandes escritores estudaram, tiveram acesso à filosofia, à literatura clássica, freqüentaram o espaço público para depois criarem suas obras primas, suas mulheres de papel, enquanto as mulheres foram obrigadas a silenciar e a se resignar sobre sua existência inferior, resumiram sua vida a um útero e à povoação do mundo. Mas existiram mulheres revolucionárias que se propuseram a escrever sobre si e, conseqüentemente, sobre a condição feminina.

O que o escritor escrevia tinha valor e importância universal, o que a mulher escrevia era desqualificado quanto ao valor literário e poder de reflexão. O pensamento feminino era considerado como visão local, sendo o particular para o universo feminino sem importância para a sociedade masculina. Por isso, a literatura feminina, para ser alçada ao valor de Literatura, passa a esconder o gênero, a mascarar a identidade feminina, a ser literatura, apenas. Digamos que a literatura feminina deveria ser andrógina, mas ser “literatura” apenas, pode também significar literatura sob a ótica masculina.

⁷ Woolf. *Um teto todo seu*, p. 8.

⁸ Id., p. 50.

Quando surgiu a literatura de escritura feminina, as mulheres leitoras devem ter se perguntado como ficariam elas tão acostumadas ao olhar masculino em face da literatura e de si mesmas. O que hoje pergunto é como ficamos nós, acostumadas/os com a literatura masculina heterossexual, diante de uma literatura triplamente transgressora: escrita por mulheres, com acentuação de gênero e falando sobre o amor não convencional?

A Literatura que foge da temática permitida pela tradição patriarcal é punida com o desprestígio e silenciamento por tratar de um tema que não é considerado “universal”, ou seja, normal e identitário da sexualidade de homens e mulheres. Lembro aqui de Butler⁹, que questiona as verdades universais e aponta o universalismo como um lugar de poder e de dominação. Todo universalismo acaba por ser sexista porque impõe um lugar de valor que nem sempre representa uma totalidade (mas toda totalidade é excludente e o particular acaba por ser local). Sendo assim, o universal deve ser ressignificado como “uma noção culturalmente hegemônica sobre o campo social”¹⁰. A questão do sujeito deve ser repensada como instituição masculinizada, para que passe a interrogar sua premissa fundamentalista ou dada de antemão. Butler afirma que se o sujeito é constituído, ele não é, no entanto, determinado, por ser constituído é que ele pode agir, ser transformador e produzir discursos desestabilizadores de legados anteriores, digamos que esse sujeito é puro devir e, como tal, é capaz de políticas contra exclusão.

O sujeito feminista pode desconstruir a noção estabelecida de sujeito e instituir um lugar de reutilização e redistribuição de falas anteriormente negadas pelo sujeito masculino. É através do discurso de gênero, do corpo essencializado e como pertencimento masculino que o feminismo contemporâneo questiona a ressignificação do corpo, propõe a libertação da moeda epistemológica da matéria (“como os corpos se tornam matéria”). Essa perda não significa niilismo, ao contrário, “proporciona as condições para mobilizar o significante a serviço de uma produção alternativa”¹¹. Sendo assim, os estudos de gênero, ao invés de demarcarem o fim do sujeito ou de compartimentar o feminismo, mostram-se como mecanismo de análise e compreensão de um novo sujeito no debate político. Portanto, as escritoras brasileiras, ao visibilizarem a existência de sujeitos lesbianos, seguindo o pensamento

⁹ Butler, “Contingent Foundations: Feminism and the question of ‘Postmodernism’”, p. 20.

¹⁰ Id., p. 21.

¹¹ Id., p. 39.

de Butler, acabam por instituir um lugar de reutilização e redistribuição de falas anteriormente negadas pelo discurso masculino heterossexual, através da construção de outros sujeitos, outras falas e outra possibilidade de sexualidade que não a instituída pelo poder patriarcal.

Estando a literatura lesbiana desprestigiada politicamente, caberá à Crítica Feminista trazer essa produção para os espaços acadêmicos e políticos, quebrando a hegemonia do domínio masculino estabelecido sobre o que tem qualidade e valor literário. Cabe, aqui, lembrar o que diz Showalter¹² sobre a Crítica Feminista vaguear num território de domínio masculino e que para firmar-se não deve estabelecer como parâmetro a crítica androcêntrica nem deve aceitar “parâmetros teóricos prematuramente estabelecidos”. A crítica feminista deve separar e desfazer a associação da textualidade com a sexualidade para a partir dos estudos da mulher, encontrar seu próprio tema, discurso, voz.

Ao tratar da escrita da mulher e da cultura da mulher, Showalter¹³ considera que uma teoria baseada num modelo de cultura da mulher seria a mais apropriada, dentre todas as teorias, para falar sobre a especificidade e diferença da escritura feminina. Isso porque, ao incorporar idéias sobre o corpo, a linguagem e a psique da mulher interpretam essas idéias com relação aos contextos sociais. A crítica cultural feminina não procura acomodar-se aos modelos androcêntricos, apropria-se dos espaços de silêncio, tornando visível o invisível, fazendo “o silêncio falar”. A zona selvagem da crítica feminina seria o lugar da linguagem revolucionária das mulheres, a linguagem de tudo o que é reprimido, um “discurso de duas vozes” que personifique as heranças social, cultural e literária do silenciado e do dominante.

Ao voltarmos nosso olhar para o século XX, podemos afirmar que o movimento feminista foi um dos principais movimentos político-culturais para a transformação dos valores e incorporação de outros que mudariam as estruturas sociais e suas relações. Foi através do movimento feminista que demais grupos minoritários encontraram espaço para reivindicações, visibilidade e afirmação de suas identidades. Junto com o movimento feminista, vieram os grupos da margem como os negros, os gays e lesbianas, o sujeito da diáspora, entre tantos. Hoje, contesta-se a sociedade que estabelece o binômio da identidade e da diferença, naturalizando uma identidade e marginalizando o sujeito da diferença.

¹² Showalter, “A crítica feminista no território selvagem”, pp. 24-5.

¹³ Id., p. 53

Se a sociedade ainda usa critérios biológicos para hierarquizar homens em detrimento das mulheres tanto no campo político, cultural e sexual, estabelecendo uma sociedade heteropatriarcal como norma, que discurso é destinado à literatura lesbiana na tradição literária brasileira? Há lugar para ela, há visibilidade, há espaço para circulação ou essa literatura permanece à margem e no silêncio da invisibilidade? Qual a representação social dessa literatura?

Os estudos teóricos sobre o cânone literário situam-se tradicionalmente sobre a questão da identidade nacional, exclusão e silenciamento dos grupos considerados como minorias. Em nome de uma identidade nacional, a cultura, os discursos e as representações sociais que irão constituir a nação serão forjados como valores masculinos, heterossexuais e brancos, ficando de fora a voz das mulheres, dos negros, dos periféricos. Rita Teresinha Schmidt¹⁴, ao falar sobre o cânone, diz que essa questão tem a ver “como nos imaginamos na cultura e como nos colocamos como cultura”. Isso significa, em linhas gerais, não se repetir o discurso do colonizador, nem se apropriar da fala do outro, colocando-se apenas como pesquisador. A crítica literária tem exercido um papel fundador para a instituição do cânone e marginalização de produções literárias consideradas de “valor menor” para a identidade cultural da nação.

No processo histórico da formação do cânone literário brasileiro, as mulheres, até o século XIX, foram solenemente ignoradas. Delimitaram-se as fronteiras sobre o que se constituiria como *corpus* oficial, ficando a produção literária das autoras ignoradas no processo histórico da institucionalização do cânone literário. O cânone foi sedimentado a partir de uma cultura patriarcal e eurocêntrica alçada à condição de universal, e, por isso, ignorando toda uma diversidade de minorias ou de cultura diversa da instituída como padrão. São os estudos contemporâneos quem desestabiliza os referenciais ocidentais ao questionar noções de representação e identidade e estabelecerem uma crítica literária revisionista e de resgate de mulheres escritoras ignoradas pelo cânone ocidental.

A literatura deve, pois, redefinir o lugar do cânone, do discurso construído como identidade, sendo necessária, para isso, a consolidação de estudos revisionistas sobre a própria crítica literária, visto que a crítica literária

¹⁴ Schmidt, “Escrevendo gênero, reescrevendo a nação”, p. 44.

brasileira, em nome de uma identidade nacional, ignorou a literatura de escritura feminina. Esse silenciamento sobre autoras e obras é atravessado por um conceito ideológico que não identificava a literatura de autoria feminina como merecedora de valor cultural e político. Daí a importância dos estudos feministas contemporâneos que desconstróem essa representação canônica e estabelecem um lugar crítico, político e revisionista sobre o patrimônio cultural literário consolidado como sagrado e fechado a críticas acadêmicas.

Segundo Schmidt, as discussões sobre mulher e literatura ganharam consistência a partir da criação do grupo de trabalho *A mulher na literatura* (ANAPOLL). A princípio, o grupo foi visto com desconfiança pelo olhar acadêmico e literário e, ao mesmo tempo, representava uma postura política de reivindicação de visibilidade e legitimidade “da mulher como sujeito produtor de discursos e de saberes na leitura da produção, recepção e circulação de objetos literários, particularmente no contexto que a historiografia e o discurso crítico construíram como tradição literária”. Seria a mulher falando como objeto e como sujeito, seria o discurso não mais feito pelo olhar masculino excludente, enfim, seria o estabelecimento da revisão da história literária.

Essa nova crítica revisionista modifica o olhar e o lugar que a crítica androcêntrica estabeleceu, uma vez que não mais se distanciará do objeto estudado, nem mais usará a impessoalidade, o olhar distante do sujeito sobre o objeto estudado. A neutralidade do olhar científico é questionada e desestabilizada como um pressuposto de valor que estabelece a cultura hegemônica e ainda a homogênea como universal, totalizadora e singular. Daí a importância dos estudos de gênero como mecanismo de revisão e instituição do olhar crítico feminino estabelecido de outras e novas fronteiras para os estudos literários, sem essencialismo epistemológico, político, ideológico.

Ao pretermirmos a literatura que trate de afetividades “homossexuais” não podemos dizer que há uma falha ou falta de conhecimento. Para Louro¹⁵, o que existe é um resíduo de conhecimento, o efeito de um jeito de conhecer, ou seja, uma forma de conhecimento de um discurso que se pretende deixar marginalizado e segregado da esfera pública. De acordo com Schmidt,

¹⁵ Louro, *Um corpo estranho*, pp. 67-8.

todo o cânone nacional é considerado como sendo a narrativa de inscrição identitária do corpo nacional na medida em que opera como uma estrutura simbólica de significados na qual a nação se constitui e pela qual se singulariza, uma estrutura que forja o nexo do pertencimento através de um imaginário cujas representações interpelam os indivíduos para os constituir como uma comunidade imaginada. O seu poder de representatividade reside na continuidade de sua repetição sob certas condições históricas, isto é, aquelas que viabilizam uma certa homogeneidade no discurso crítico (que significa uma homogeneidade de leitores), um dos pilares da instituição literária¹⁶.

O espaço conferido à literatura homoafetiva ainda é, para a sociedade essencializada como heterossexual, o espaço privado ou a margem. Isso ocorre porque o discurso literário é androcêntrico, legitimado pela também androcêntrica sociedade. É canônico e, como tal, é um produto social comum aos valores construídos e incorporados como naturais ao homem e à mulher. Seu capital simbólico se faz através do *constructo* masculino heterossexual. Por isso, a literatura lesbiana ainda está limitada a poucos espaços de circulação e valorização literária. Se a crítica feminista questiona a organização da matriz canônica e suas relações ideológicas e institucionais que deslegitimavam as vozes de raça, gênero e classes sociais estranhos ao pensamento hegemônico, essa própria crítica feminista deve estar atenta hoje para que também não reproduza a matriz de exclusão, no que se refere à literatura feminina de temática lesbiana. Ao silenciar sobre essa produção, desqualificando-a quanto à literariedade, pode-se reafirmar-se a tradição normativa canônica da não diversidade no pensamento literário.

Se a crítica feminista brasileira pretende reescrever a historiografia da literatura brasileira, resgatando as escritoras do século XIX, haverá espaço para o resgate de uma escritora que publicou até a década de oitenta do século XX, mas que continua tão silenciada, desprestigiada e ignorada quanto as mulheres escritoras do século XIX, ou a transgressão de gênero de Cassandra Rios a situará na escuridão das luzes canônicas por mais tempo?

Referências bibliográficas

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

¹⁶ Schmidt, *op. cit.*, p. 164.

- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. “Contingent foundations: feminism and the question of Postmodernism”. *Cadernos Pagu*, v. 11. São Paulo, 1998, pp. 13-42.
- DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.
- _____. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- HARAWAY, Donna. “O humano numa paisagem pós-humanista”. *Revista Estudos Feministas*, v. 1, nº. 2. Rio de Janeiro, CIEC/UFRJ, 2º. sem. 1993, pp. 277-92.
- LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teorias queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- PINTO-BAILEY, Cristina Ferreira. “O desejo lesbiano no conto de escritoras brasileiras contemporâneas”. *Revista Iberoamericana*, v. LXV, nº. 187, abr.-jun. 1999, pp. 405-21.
- PIOZEVAN, Adriana. *Amor romântico x deleite dos sentidos: Cassandra Rios e a identidade homoerótica feminina na literatura (1948-1972)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, 2005.
- PRINS, Baukje e MEIJER, Irene Costera. “Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler”. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, nº. 1. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, jan.-jun. 2003. pp. 155-67.
- SCHMIDT, Rita Teresinha. “Escrevendo gênero, reescrevendo a nação: da teoria, da resistência, da brasilidade”, em DUARTE, Constância Lima (org.). *Gênero e representação: teoria, história e crítica*. v. 1. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2002. pp. 32-44.
- SHOWALTER, Elaine. “A crítica feminista no território selvagem”, em HOLLANDA, Heloisa Buauque de (org.) *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- SANTOS, Rick. “Cassandra Rios e a literatura gay e lésbica surgida no Brasil”. *Niterói*, v. 4, nº. 1. 2º. sem. 2003, pp. 17-31.
- WOOLF, Virgínia. *Um teto todo seu*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

Recebido em março de 2008.

Aprovado para publicação em agosto de 2008.

Maria da Glória de Castro Azevedo – “O interdito no ideal de nação: a lesbiana existe para a literatura brasileira?”. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, nº. 32. Brasília, julho-dezembro de 2008, pp. 57-67.

